

ALERTA EM FACE DOS PERIGOS ÀS NOSSAS LIBERDADES

A Nação está exausta em razão do clima artificial de confronto criado toda semana pelo senhor Presidente da República, que elege inimigos dentro e fora de seu governo para sustentar a ficção de uma conspiração justificadora de atos de exceção.

A sua estratégia fica dia a dia mais clara. A sociedade civil já percebeu o engodo e vem se posicionando por meio de manifestos que unem pessoas de diversos matizes políticos, identificados, todavia, pela crença nos valores da democracia, do Estado de Direito.

Poder constitucional, desarmado e silente, que garante e representa a ordem democrática, é o Judiciário, em especial por seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal, agora objeto de ataques reiterados nas praças públicas, com a presença do presidente da República, e nas redes sociais, pregando-se sua extinção ou a prisão de seus ministros, pretendida até mesmo perante o conselho de ministros pelo ministro da Educação.

Nós, ex-presidentes da Associação dos Advogados de São Paulo, entidade prestadora de relevantes serviços à advocacia de São Paulo e do Brasil desde 1943, também não podemos ficar alheios ao que se passa no país e trazemos, mais do que nosso repúdio, o nosso compromisso de lutar com todos os esforços contra qualquer tentativa irresponsável de quebra do regime democrático, que a história revela ter começado muitas vezes pela afronta ao Judiciário e ao Legislativo.

O ataque ao Supremo Tribunal Federal se dá ou por suas decisões causarem desgosto pessoal ao senhor presidente, ou como desculpa para se instalar um regime de exceção. Em ambas as hipóteses se percebe ser um sofisma o pretense recurso aos dizeres do art. 142 da Constituição Federal, relativo ao papel das Força Armadas, para nele buscar canhestamente justificativa para chamamento destas para intervir nas instituições da República.

As Forças Armadas são órgãos do Estado a serviço da defesa da Constituição e da Pátria. Devem defender o poder constitucional que está a sofrer ataques que constringam sua liberdade, até mesmo na integridade física de seus membros, no caso o Judiciário.

Não há crise institucional. A crise é artificial e é criada, repetimos, pelo presidente da República, que se vitimiza, elegendo o Supremo Tribunal Federal como bode expiatório, para tentar junto ao povo enganadoramente legitimar o desrespeito ao Judiciário e o desprezo ao Congresso.

Nós que como advogados, ao longo do tempo, sempre vivenciamos o confronto de posições resolvido pela persuasão ou pelo acatamento das decisões judiciais, percebemos claramente o perigo que estão a correr as liberdades democráticas ao se buscar perenizar conflitos e afrontar a justiça.

Vimos, então, alertar a sociedade e em especial advogados e advogadas para ficarmos atentos em defesa da democracia e das nossas liberdades, civil e política.

São Paulo, 01 de junho de 2020.

Ex-presidentes da AASP

Mário Sérgio Duarte Garcia
Miguel Reale Junior
Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
José Roberto Batochio
Carlos Augusto de Barros e Silva
Antonio de Souza Corrêa Meyer
Clito Fornaciari Junior
Renato Luiz de Macedo Mange
José Rogério Cruz e Tucci
Mário de Barros Duarte Garcia
Eduardo Carnelós
Aloísio Lacerda Medeiros
José Roberto Pinheiro Franco
José Diogo Bastos Neto
Antonio Ruiz Filho
Sérgio Pinheiro Marçal
Marcio Kayatt
Fábio Ferreira de Oliveira
Arystóbulo de Oliveira Freitas
Sérgio Rosenthal
Leonardo Sica
Marcelo Vieira von Adamek
Luiz Périssé Duarte Junior